

A POSIÇÃO DA RÚSSIA NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL: POR QUE O OCIDENTE NÃO CONSEGUE IMPOR SANÇÕES EFETIVAS CONTRA O PAÍS?

Anna Beatriz Gunther Tacola¹

Resumo

Após a desintegração da URSS, a Rússia perdeu seu papel na geopolítica mundial como grande potência, com outros países como a Ucrânia, buscando independência e aproximação com o Ocidente. O conflito entre os dois países se agravou depois da anexação da região da Crimeia, em 2014, ação que causou a imposição de diversas sanções econômicas contra os russos. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar a posição da Rússia no cenário geopolítico global e a dificuldade do Ocidente em impor sanções econômicas efetivas contra o país. Para isto, foram utilizadas as teorias realista e do poder terrestre. Foi observado que a Rússia passou por uma reconstrução através de um projeto nacional e retomou parte da posição de protagonista no cenário mundial, porém, a eficácia das sanções ainda é uma incógnita, tendo em vista a influência do país na região da Eurásia e a continuidade de conflitos, como é o caso da guerra contra a Ucrânia, iniciada em 2022.

Palavras-chave: Rússia; Ucrânia; geopolítica; sanções.

Abstract

After the disintegration of the USSR, Russia lost its role in global geopolitics as a great power, with other countries such as Ukraine seeking independence and rapprochement with the West. The conflict between the two countries worsened after the annexation of the Crimea region in 2014, an action that led to the imposition of several economic sanctions against the Russians. The objective of this work, therefore, is to analyze Russia's position in the global geopolitical scenario and the West's difficulty in imposing effective economic sanctions against the country. For this, realistic and earth power theories were used. It was observed that Russia underwent reconstruction through a national project and regained part of its leading role on the world stage, however, the effectiveness of sanctions is still unknown, given the country's influence in the Eurasian region and the continuity of conflicts, as is the case of the war against Ukraine, which began in 2022.

Keywords: Russia; Ukraine; geopolitics; sanctions.

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e há dez anos trabalha com jornalismo especializado em agronegócio. E-mail: gunther.bia@gmail.com.

Recebido em: 01/03/2024 | Aceito em: 01/05/2024.

1. Introdução

A Rússia era uma incógnita após o fim da União Soviética, em 1991, com o Produto Interno Bruto e produção reduzida pela metade, além de uma taxa de desemprego bastante elevada. O país, inclusive, não era mais visto como grande potência mundial. Mesmo assim, os russos seguem com um poderio bélico e militar considerável, bem como uma posição permanente dentro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

O objetivo do artigo é analisar a posição da Rússia dentro do sistema internacional e definir o papel desempenhado pelo país na geopolítica mundial considerando as mudanças políticas e econômicas observadas depois da desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com os autores consultados, o país passou por uma reconstrução através de um projeto nacional e retomou a posição de protagonista no cenário mundial.

Outra questão a ser desenvolvida é a respeito da dificuldade do Ocidente em impor sanções econômicas efetivas contra o país após a anexação da Crimeia, localizada na Ucrânia. A ação fez importantes *players*, como os Estados Unidos e a União Europeia, a demandarem medidas contra os russos com objetivo de impedir seu avanço em áreas ucranianas e outros países. No entanto, ao contrário do que se esperava, a Rússia saiu mais fortalecida no que diz respeito a sanções econômicas, como é possível notar na guerra da Ucrânia, que teve início em 25 de fevereiro de 2022.

Diversas reportagens de 2014 - ano em que houve anexação da Crimeia - mostram a tentativa do Ocidente em interromper o processo da Rússia em conquistar outras regiões. Em uma delas, especialistas apontam a falta de efetividade do pacote de medidas, mas reafirmam que do ponto de vista ocidental, as sanções seguem sendo a forma mais eficaz de evitar um conflito militar. Mesmo assim, a eficácia das restrições segue uma incógnita.

Considerando a relevância da Rússia no contexto mundial, especialmente pelo fato do país ser um dos maiores exportadores de petróleo do mundo e o principal fornecedor de gás para toda a Europa, o entendimento da efetividade de todas essas medidas são de extrema importância para compreender o comportamento russo

perante o resto do mundo. Sendo assim, apresenta-se como objetivo específico analisar as mudanças de estratégia no âmbito político e econômico da Rússia, que deixam o país em posição menos vulnerável perante as sanções impostas pelo Ocidente.

Sobre a efetividade das restrições, a Rússia criou uma espécie de receita contra o Ocidente, em especial, os Estados Unidos, que atualmente são a maior economia do planeta. Esta é, portanto, uma das hipóteses nas quais este artigo é baseado, como colocado por diversas reportagens sobre a anexação da Crimeia. O Ocidente, por sua vez, ainda compreende a imposição de sanções como uma das principais formas de conter crises e conflitos.

Para entender o contexto, é preciso levar em consideração os interesses da Rússia por trás da anexação da Crimeia e o histórico entre os dois países. Logo após o fim da Guerra Fria e da desintegração da União Soviética, a Ucrânia se tornou independente, situação que não é completamente aceita pelos russos até a atualidade. Na sequência, a Ucrânia passou a enfrentar um conjunto de instabilidades no cenário político internacional, situação que pode ser explicada pela proximidade de alguns líderes ucranianos com o Ocidente, o que não é tolerado pela Rússia.

Com o fim da URSS, houve por parte da Rússia um “sentimento de luto” por causa da perda relativa de sua posição geopolítica e a necessidade de uma Ucrânia que fosse subordinada do ponto de vista econômico e militar. Entre as características geopolíticas que permeiam a relação entre a Rússia e a Ucrânia está ainda a variedade de atores envolvidos em diferentes níveis de análise, como é o caso de Estados pós-soviéticos, União Europeia e Estados Unidos.

O tema do trabalho - posição da Rússia na contemporaneidade - relaciona-se aos estudos da geopolítica clássica, uma vez que alguns pensadores influenciaram a estratégia russa ao longo do tempo, como é o caso de Halford John Mackinder, responsável pela Teoria do Poder Terrestre. A teoria consiste na definição de que se um país tem a intenção de dominar o mundo, é preciso haver poder militar capaz de conquistar e manter uma região chamada por ele de *Heartland*, que compreende o continente europeu e a Ásia - que é exatamente onde a Ucrânia está localizada.

Ao relacionar a teoria do poder terrestre com o conflito existente entre Rússia e Ucrânia, é possível perceber como o país tem importância estratégica aos interesses russos, principalmente no que diz respeito ao território. A definição de território,

inclusive, é uma parte crucial para o entendimento do controle da Crimeia ser estratégica para a geopolítica da Rússia.

Este artigo está dividido em quatro seções, além da introdução. A segunda discute a posição da Rússia no sistema internacional e sua política externa, bem como a relação do país com a teoria realista das relações internacionais e a teoria do poder terrestre, um viés da geopolítica clássica. A terceira seção busca contextualizar o conflito entre russos e ucranianos, até a piora do cenário com a anexação da Crimeia. A quarta seção explica de forma mais técnica quais são os reais objetivos das sanções econômicas, que foram impostas como uma forma de parar o avanço da Rússia sobre outros territórios. A quinta seção compreende os motivos que parecem blindar o Kremlin contra as sanções impostas pelo Ocidente. Por fim, seguem as conclusões.

A metodologia do trabalho envolveu a metodologia qualitativa, com estudo exploratório e descritivo, cuja intenção é tornar o problema mais evidente, entender as motivações e investigar as informações já disponíveis. Por fim, o artigo foi desenvolvido a partir dos seguintes procedimentos: a) levantamento bibliográfico, pois foram utilizados livros, artigos científicos e autores clássicos para melhor entendimento do contexto político, histórico e econômico tanto da Rússia quanto de outros atores envolvidos; e b) estudo de caso, visto que o Kremlin foi alvo de sanções econômicas por parte do Ocidente após a Crimeia ser anexada, em 2014.

2. A Rússia no cenário internacional

Para compreender a dificuldade do Ocidente em impor medidas que restringem o avanço da Rússia sobre outros territórios, é necessário entender melhor o papel do país no cenário internacional e suas motivações, bem como a relação entre a posição do país e algumas teorias das Relações Internacionais.

2.1 A teoria realista das Relações Internacionais

O fim da União Soviética trouxe a sensação de que a mais antiga das teorias das Relações Internacionais - a realista - não tinha mais espaço dentro do sistema internacional, já que, por muito tempo, a disputa com os Estados Unidos alimentou a percepção de um mundo bipolar, ou seja, dividido em duas partes. No entanto, essa

visão se mostrou insuficiente diante do comportamento da Rússia frente ao cenário global, especialmente quando Vladimir Putin conquistou o poder, a partir de 2000.

O realismo pode ser entendido como o “a centralidade do Estado, que tem por objetivo central sua sobrevivência” e o uso do poder para que isso seja garantido (Nogueira; Messari, 2021, p. 23). Para os realistas, o Estado é o principal ator dentro das relações internacionais; é aquele que é soberano, coloca suas ações acima dos acontecimentos internos e defende seus interesses, que são, de acordo com a teoria, de extrema importância.

Para Hans Morgenthau (2003, p. 49), um dos primeiros autores a se debruçar sobre os estudos das relações internacionais e afirmar similaridades entre o mundo e o realismo, o poder político pode ser compreendido como um meio de atingir os objetivos da nação. Na obra “Política entre as Nações”, ele afirma que “a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder” e que independente de quais forem as intenções da política internacional, “o poder constitui sempre o objetivo imediato”.

Segundo o autor, embora algumas ações não pareçam caracterizar o poder somente pelo poder, este é o objetivo central da política internacional. Isso porque não importa o fim, mas a busca pelo poder em si e o destaque na cena política internacional alcançado. Morgenthau destaca também que “nem todas as nações estão, o tempo todo, em maior ou menor grau, engajadas em atividades de política internacional”, situação que pode variar. Este conceito, inclusive, se aplica tanto aos Estados Unidos quanto à antiga URSS, que passaram décadas em conflito.

Neste sentido, a teoria realista ajuda a explicar como a Rússia enxerga e como quer ser vista pelo mundo. A busca pelo poder contínuo, mesmo com a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica no pós-Guerra Fria é, no mínimo, um dos sinais de que os russos lutam pela sua sobrevivência através da força do Estado e da “conquista” de outros territórios, como é o caso da Ucrânia.

Para Costa (2020, p. 280), o significado das fronteiras está presente em todos os estudos da geografia política e “incorporam uma das mais conhecidas relações entre o Estado e o território”. A origem da palavra território, no entanto, não é tão simples, tendo em vista a conotação material e simbólica de significar tanto dominação da terra quanto a inspiração ao terror (Haesbaert, 2007, p. 20).

Ao considerar o cenário de conflito entre russos e ucranianos, a complexidade da explicação acerca do que é considerado território fica evidente, já que a anexação da

Crimeia pela Rússia é uma clara demonstração de poder, dando lugar ao conceito de territorialidade, que está ligado à dimensão política de uma situação específica.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (Haesbaert, 2007, p. 22).

É possível dizer, ainda, que a intenção de Putin como líder da Rússia é o de neutralizar o poder que os norte-americanos acumularam depois da derrocada da União Soviética com o objetivo de garantir a segurança do território do país quanto de reafirmar a posição russa perante o sistema internacional. Neste contexto, há também a territorialidade não somente como uma forma de manter e criar ordem, mas como "uma estratégia para criar grande parte do contexto geográfico" (Haesbaert, 2007, p. 22, apud Sack, 1986, p. 2019).

2.2 Fundamentos da geopolítica clássica

Os principais fundamentos da geopolítica clássica têm como base três autores: Alfred Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1861-1947) e Nicholas Spykman (1893-1943). Segundo Baracuhy (2021), as teorias colocadas pelos três autores se destacam entre as demais não apenas por tratar do poder dentro do espaço internacional, mas pelo método analítico de pensar a geopolítica de uma forma bastante atual.

O conceito que mais se encaixa no contexto que envolve a Rússia é a "teoria do poder terrestre" criada por Halford John Mackinder, que explica boa parte do comportamento dos russos na busca por poder. Mello (1994, p. 56) destaca que esta pode ser considerada "como um dos pilares do pensamento geopolítico deste século", ao lado de outras linhas de pensamento, como a teoria do poder marítimo e do poder aéreo.

No que diz respeito ao avanço da Rússia contra a Ucrânia, que ficou mais evidente a partir da anexação da Crimeia, a tese criada por Mackinder ganha forma, visto que o território ucraniano se encontra nos limites do *Heartland*. De acordo com a teoria do poder terrestre, a região que abrange parte da Europa e da Ásia possui riquezas naturais que permitem o controle pelo Estado, ou seja, dá poder a quem o domina (Galvão, 2018).

As mudanças político-econômicas após a desintegração da União Soviética, em dezembro de 1991, também integram a lista de fatores que colocam a Rússia em papel de destaque global. Para Zhebit (2003, p. 153), no entanto, a posição da Rússia dentro do sistema internacional ainda não está bem definida, mesmo após uma melhora considerável nas condições econômicas do país depois do fim da URSS. O processo de transição, segundo o autor, foi um período traumático e complexo, mas alguns fatores contribuíram para que o país se colocasse entre as principais economias: tornou-se um dos principais exportadores de petróleo e derivados do mundo e pagou adiantado parte da dívida com o Fundo Monetário Internacional.

Mesmo assim, não se pode descartar o argumento de que ainda pairam incertezas sobre o crescimento da Rússia no âmbito global em face das mudanças de estratégia e política após a Guerra Fria. Diante dos fatos apresentados até o momento, é possível afirmar que grande parte dessas alterações ocorreu com a chegada de Vladimir Putin ao poder. Para Adam (2011, p. 46), o êxito de Putin só foi viável através de estratégias de governo bem elaboradas, como é o caso da verticalização do poder e a retomada da Rússia como grande potência, tendo em vista o fracasso do presidente anterior e a instabilidade econômica.

2.3 Política externa da Rússia: do ponto de vista ocidental ao nacional

Além de tentar compreender a relação entre política internacional, poder e papel do Estado, Morgenthau (2003, p. 53) discorre sobre o poder político no âmbito de como as nações se relacionam entre si. A política externa adotada, segundo ele, também é uma forma de exercer o poder sobre o outro. Em suma, o "poder político consiste em uma relação entre os que exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido" e pode ocorrer através de ordens e ameaças, bem como pela autoridade ou capacidade de um homem ou instituição em persuadir.

No caso da Rússia, fica clara a forma de utilização dos meios citados por Morgenthau tantos anos antes, visto que Vladimir Putin costuma agir por meio de ordens e ameaças, mesmo que sutis, para reafirmar a posição russa em um cenário no qual os Estados Unidos são a força predominante e a antiga União Soviética acaba por perder poder relativo. Outro poder de Putin é o de influenciar a população do país a repetir o pensamento dicotômico tão comum nos tempos de Guerra Fria.

Para entender todo esse cenário, é necessário voltar um pouco no tempo, logo depois da desintegração da URSS. De acordo com Adam (2011, p. 40), a Federação da Rússia teve que lidar com o surgimento de 15 novos Estados e suas particularidades individuais. Considerando este fator, vale destacar as formas que a Rússia encontrou de se relacionar com outras nações, como "fatos históricos compartilhados, relações econômicas herdadas, elementos culturais, localizações geográficas, existência de recursos naturais, além dos atos e dos objetivos de grandes potências estranhas à região".

Segundo Kissinger (2015), a Rússia desempenha um papel único e estratégico dentro do sistema internacional ao fazer parte de um equilíbrio de poder que vigora tanto na Europa quanto na Ásia. O autor chama atenção também para o fato do país começar diversas guerras, apesar de impedir o domínio do continente europeu por um poder único. Ou seja, "sua política manteve-se fiel a um ritmo próprio ao longo dos séculos, expandindo seu domínio por uma massa territorial que se estende sobre quase todos os climas e civilizações", uma forma única de lidar com esses fatores.

A política externa russa passou por mudanças importantes com o fim da União Soviética, questão salientada por Adam (2011, p. 40) ao fazer a reconstituição de alguns eventos que, segundo ele, "impactaram as escolhas e ações de Moscou no início do século XXI". Mesmo assim, Kissinger (2015) ressalta que o ritmo governamental russo continuou coerente ao longo de todo esse tempo.

O primeiro passo veio no governo de Boris Yeltsin, entre 1991 e 1999, que desvinculou a economia da Rússia de outros países socialistas, levando a Federação russa ao encontro da democracia e do capitalismo. Com a chegada ao poder em março de 2000, Putin traçou objetivos estratégicos que mudaram a percepção do país após o fracasso de Yeltsin em recolocar a Rússia em um papel importante no cenário internacional. Destaca-se também a verticalização do poder no âmbito doméstico, explicada por Adam (2011, p. 46) da seguinte forma: "o conceito pressupõe uma cadeia hierárquica de poder cuja liderança é ocupada por um mandatário de forte presença institucional e pessoal". A situação acabou por facilitar a condução da política externa da era Putin.

E qual era o objetivo máximo da política externa russa do governo Vladimir Putin? Retomar a condição da Rússia de grande potência no sistema internacional. A história russa demonstrava que a década de 1990 foi um período de exceção, anos nos quais as crises políticas, econômicas, identitárias e sociais fizeram o Estado russo

esmorecer, mas não o derrubaram. A Rússia deveria, então, reconquistar o seu status de potência fundamental e indispensável no jogo político internacional, pois este seria o lugar que historicamente lhe competia (Adam, 2011, p. 46).

No entanto, o plano administrado pelo governo de Boris Yeltsin não conseguiu atingir o resultado esperado e colocou a Rússia em uma posição delicada: tanto Estados Unidos quanto União Europeia não consideravam o país uma grande potência, mas somente como uma parceira em grau de escala menor (Adam, 2011, p. 43). A partir deste contexto, a postura russa na política internacional mudou mais uma vez.

Para além de todas as medidas adotadas por Vladimir Putin para colocar a Rússia de volta ao centro do sistema global, está o sentimento enraizado de que o país é, de fato, uma grande potência. Sentimento este que depois do desmantelamento da URSS havia ficado para trás. Com o fim da Guerra Fria, era de se esperar que a disputa entre Rússia e Estados Unidos terminasse, mas a forma russa de encarar o sistema político interno e externo seguiu nos interesses dos americanos.

A transição de governo entre Putin e Dmitri Medvedev (2008-2012), que comandou a Rússia, inclusive, foi como um vetor que fez com que os Estados Unidos pensassem nas implicações para a sua própria política externa. Kissinger (2008) lembra que desde o fim da União Soviética, "uma sucessão de administrações americanas tem agido como se a criação da democracia russa fosse a principal tarefa americana²", uma política de intrusão que, segundo ele, acaba por causar frustração tanto em relação aos objetivos geopolíticos quanto os morais.

A partir disso, é importante reforçar que os russos consideram a visão dos americanos uma intromissão que não retrata a realidade e a grandeza da Rússia. Neste ponto, Kissinger (2008) é assertivo ao afirmar que este tipo de atitude pode encorajar uma resposta nacionalista por parte da Rússia, assim como o início de mais um confronto. A evolução da política russa, portanto, depende da compreensão dos Estados Unidos e do resto do mundo sobre sua história e avanço da própria democracia.

A democracia na Rússia, por sua vez, não é algo simples de ser explicado. Isso porque a posição do país na Europa, segundo Kissinger (2015), "há muito vinha se

² Do original: "[...] a succession of American administrations has acted as if the creation of Russian democracy were a principal American task".

mostrando ambígua", visto que a história ensinou que a Rússia vivia em um estado permanente de conflitos e não se encaixava na Ásia e tampouco na Europa, apesar de compartilhar partes da cultura e da religião predominante deste último. Estas experiências fariam dos russos uma potência singular, porém eurásiana, no sentido de ter um território em ambos os continentes mas sem se sentir confortável em sua plenitude.

Adam (2011, p. 47) lembra também que para se consolidar como uma grande potência, há a exigência de "possuir uma zona de influência, em que seus interesses prevaleçam". Considerando esses pontos, não restam dúvidas de que a Rússia almeja esse posto, seja através de conflitos internos como a guerra da Chechênia³ ou externos, como é o caso da invasão contra a Ucrânia, que teve início em 25 de fevereiro de 2022.

O geopolítico russo Aleksandr Dugin (2015) afirma que "não é suficiente concordar com as características geopolíticas que a geopolítica clássica atribui à Rússia". Na visão do autor, a chegada de Vladimir Putin ao poder foi responsável pela criação de um capítulo novo na história geopolítica da Rússia, visto que entre os anos de 1980 e meados de 2000, o país passou a perder de maneira contínua suas posições geopolíticas no cenário internacional. Uma das medidas adotadas por Putin e citada por Dugin está ligada ao setor energético, o qual é essencial para compreensão da falta de efetividade das sanções econômicas contra a Rússia.

Em relação à política externa russa adotada na era Putin, Dugin (2015) é categórico ao dizer que o Ocidente, em especial os norte-americanos, sabotam quaisquer que sejam as iniciativas do presidente da Rússia. Em um famoso discurso durante a Conferência de Munique sobre Política de Segurança, em 2007, Putin criticou duramente o sistema contemporâneo mundial. Para o autor, o discurso foi o ponto de partida para uma contestação consistente do sistema mundial, uma afirmação que, segundo ele, foi "bastante revolucionária, que pode ser vista como a voz forte do Heartland", o que pode significar que a Rússia encontrou o caminho de volta para o que sempre foi: uma força estratégica e de domínio territorial.

Vale reforçar, ainda, que Dugin confirma a Teoria do Poder Terrestre proposta por Mackinder - como uma característica forte do povo russo, que pareceu se perder em

³ No fim do século XX, a Chechênia, que é uma região autônoma russa, sofreu com conflitos que a devastaram tanto no âmbito social quanto econômico.

meio a conflitos no passado, mas que a história geopolítica contemporânea do país estava a resgatar. Há, neste sentido, a fusão entre a geopolítica russa e a geopolítica do *Heartland*, o que nas palavras do geopolítico coloca a Rússia no papel de “civilização da terra”.

3. Relação entre Rússia e Ucrânia: um breve histórico

A anexação da Crimeia, península localizada nas proximidades dos mares Negro e Azov, pela Rússia em março de 2014, foi o estopim de uma crise bastante antiga entre o país comandado por Vladimir Putin e a Ucrânia, a quem a região pertencia antes do referendo que marcou aquele ano.

Desde o fim da Guerra Fria e conseqüentemente da União Soviética, dois lados devem ser avaliados: o da Ucrânia, de buscar mais independência por meio da aproximação com o Ocidente; e o da Rússia, que viu a desintegração da URSS e perdeu parte de sua força geopolítica perante o mundo. Para Loureiro (2022), são várias as camadas que constituem as várias divergências entre Rússia e Ucrânia, tal como a participação de outros atores internacionais, como é o caso de Estados Unidos e União Europeia.

Sobre esse cenário, a interferência do Ocidente, especialmente com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pode ser vista como um dos agravantes da crise entre russos e ucranianos. Loureiro (2022) lembra que são justamente as ações da Ucrânia junto à aliança militar que complicaram ainda mais a relação historicamente conturbada entre os dois países.

Por meio do Tratado de Washington, a OTAN foi criada logo após o início da Guerra Fria, em 1949, com o objetivo de atuar como um sistema de segurança coletiva (Costa, 2006, p. 132). Todavia, essa definição de segurança coletiva pode ser aplicada somente às grandes potências e na forma como elas buscam se consolidar no cenário internacional como, por exemplo, os Estados Unidos no pós-II Guerra Mundial.

Como grande potência, os EUA trataram de ampliar suas relações com os países ocidentais da Europa para conter a já proeminente potência emergente: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Assim, em junho de 1948, o Congresso dos EUA aprovou a Resolução Vandenberg, que autorizou o país a se associar a outros a fim de promover a defesa coletiva no espírito do artigo 51 da Carta da ONU (Costa, 2006, p. 134).

Desde sua criação, a OTAN se mostrou como um divisor da balança de poder na Europa (Campos; Lobo; Azevedo, 2018, p. 117) e um dos catalisadores do início da Guerra Fria. Costa (2006, p. 135) explica que a União Soviética chegou a solicitar entrada no grupo militar, mas teve seu pedido negado em 1954 pelos norte-americanos e britânicos. Com o fim da Guerra Fria, em 1991, era de se esperar que os russos não se sentissem mais tão ameaçados pela OTAN. No entanto, não foi isso que aconteceu. Em 2004, a aliança incorporou Estônia, Letônia e Lituânia, "sendo os dois primeiros possuidores de fronteiras contíguas com a Rússia" (Campos; Lobo; Azevedo, 2018, p. 114).

Na avaliação de Kissinger (2014), a discussão acerca do conflito deve levar em consideração não apenas o que vem a seguir, mas como a situação termina. Para isso, o autor afirma que "se a Ucrânia quiser sobreviver e prosperar, não deve ser o posto avançado de nenhum dos lados contra o outro – deve funcionar como uma ponte entre eles"⁴. Em relação a como a Rússia está inserida nesse contexto, Kissinger traça a dificuldade do país em aceitar a independência completa da Ucrânia, já que a situação faria com que Moscou repetisse o histórico de ciclos e pressões com a Europa e também com os Estados Unidos.

Para além da disputa geopolítica, Mielniczuk (2006, p. 224) descreve a animosidade presente na relação entre Rússia e Ucrânia como uma consequência do modo como suas identidades são consolidadas com o fim da União Soviética. Nesse contexto, a situação é um pouco mais complexa que os outros conflitos presentes na região, visto que metade dos 50 milhões de ucranianos falam russo como primeira língua e mais 10 milhões têm a Rússia como país de origem.

Todo esse cenário resulta no argumento proposto por alguns teóricos que acreditam no colapso das identidades modernas, processo que teve início no final do século XX e que fragmenta questões como classe, etnia e nacionalidade (Hall, 2006, p. 9). Ao considerar essas transformações, o indivíduo perde a percepção que antes era sólida, o que acaba por abalar "a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados". A consequência seria o deslocamento ou descentração do indivíduo, que causa uma crise de identidade.

⁴ Do original: "But if Ukraine is to survive and thrive, it must not be either side's outpost against the other — it should function as a bridge between them."

Visto isso, é possível afirmar que a questão da identidade desempenhou um papel importante na crise entre Rússia e Ucrânia, inclusive, na justificativa de ambos os lados para suas ações. A Rússia tem se apresentado como o defensor dos direitos dos russos na Ucrânia, enquanto a Ucrânia e os países ocidentais têm enfatizado o direito da Ucrânia de determinar seu próprio destino e a importância de respeitar a soberania e a integridade territorial do país.

O argumento, do ponto de vista russo, pode ser confirmado por uma fala de Putin logo após o referendo que autorizou a anexação da Crimeia à Rússia, em março de 2014. Na ocasião, o presidente russo fez um discurso endereçado aos representantes do legislativo e membros do Conselho Federal, além de líderes de regiões do país e representantes da sociedade civil, sobre as similaridades históricas existentes entre a Crimeia e a Rússia. Na visão de Putin, o colapso e desintegração da URSS foram determinantes para a situação da região.

Outro ponto da declaração que chama a atenção é sobre o povo da Crimeia estar em perigo e a suposta tentativa de privar a população da região de falar russo. No discurso, o presidente da Rússia também disse que a Crimeia sempre foi uma porção inseparável do país, mesmo com todas as mudanças pelas quais o país passou ao longo do século XX.

Apesar de Putin reafirmar a legitimidade de suas ações, seja por causa dos fortes laços com a Rússia, através do contexto histórico e uso da língua, ou mesmo pela possível ameaça por parte do governo ucraniano, com a anexação da Crimeia houve o rompimento de um importante acordo: o memorando de Budapeste, de 1994. O documento, originalmente assinado por Rússia, Estados Unidos e Reino Unido, funcionava como uma forma de proteção contra qualquer situação que ameaçasse a soberania da Ucrânia, bem como a integridade territorial daquele país (Konrad; Loureção, 2019, p. 12908). Em contrapartida, a Ucrânia teve que renunciar ao seu arsenal nuclear e aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares⁵.

Vale ressaltar ainda que a assinatura do memorando de Budapeste e a entrega das armas nucleares ucranianas se deram em meio a um cenário de muita tensão com Moscou, que já se desenhava há algum tempo, além de pressão por parte dos

⁵ O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares é um acordo internacional que tem como objetivo evitar a disseminação de armas nucleares. Ele foi assinado em 1968 e entrou em vigor em 1970. O acordo estabelece que os Estados não possuidores de armas nucleares se comprometem a não adquiri-las, além de instituir uma distinção entre os países que possuem armas nucleares e os que não possuem.

Estados Unidos. Em setembro de 1993, o então presidente da Rússia, Boris Yeltsin, "ameaçou cortar o fornecimento de gás à Ucrânia caso Kiev se recusasse a aceitar a soberania russa sobre a base naval de Sebastopol" (Loureiro, 2022, s.p.). O caso, no entanto, é apenas um de muitos exemplos de situações em que a Ucrânia se viu refém da Rússia.

Um destes exemplos ocorreu em 1997, quando o governo da Ucrânia concordou em deixar o porto estratégico localizado em Sebastopol, na península da Crimeia, sob responsabilidade da Rússia até 2017, em troca de preços de gás natural mais baratos (Loureiro, 2022). Neste sentido, o Acordo de Kharkiv, instituído em 2010 pelo presidente russo da época, Dmitry Medvedev, e o presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, também estabeleceu um desconto nos preços do gás natural que a Rússia vendia para a Ucrânia (Sputinik, 2010).

Apesar de ter contribuído para a deterioração da relação entre os dois países e abrir precedente sobre as intenções dos russos em controlar um local importante de ponto de vista bélico, o Acordo de Kharkiv não teve diretamente a ver com a anexação da Crimeia em 2014. Um dos fatores que pode ter ligação com este cenário é a aproximação da Ucrânia com a OTAN. O país não é membro da organização, no entanto, essa relação tem se estreitado desde o fim da Guerra Fria e provocado reação da Rússia, visto que a expansão da OTAN sobre o território russo é uma das preocupações do presidente Vladimir Putin, como destacado durante discurso após a anexação da Crimeia:

[...] também que já ouvimos declarações de Kiev sobre a Ucrânia em breve se juntando à OTAN. O que isso significaria para a Crimeia e Sevastopol no futuro? Isso significaria que a marinha da OTAN estaria bem ali nesta cidade de glória militar da Rússia, e isso criaria não uma ameaça ilusória, mas perfeitamente real para todo o sul da Rússia. Essas são coisas que poderiam ter se tornado realidade não fosse a escolha que o povo da Crimeia fez, e quero agradecer a eles por isso (The Kremlin, 2014, tradução nossa⁶).

4. Sanções econômicas como forma de parar o avanço russo

⁶ Do original: "Let me note too that we have already heard declarations from Kiev about Ukraine soon joining NATO. What would this have meant for Crimea and Sevastopol in the future? It would have meant that NATO's navy would be right there in this city of Russia's military glory, and this would create not an illusory but a perfectly real threat to the whole of southern Russia. These are things that could have become reality were it not for the choice the Crimean people made, and I want to say thank you to them for this."

As sanções impostas contra o Kremlin começaram no mesmo ano em que ocorreu a anexação da Crimeia (Oliveira, 2022). De acordo com a matéria do jornal Folha de São Paulo, a lista de medidas inclui alguns vetos diplomáticos, como a expulsão da Rússia do G8 - grupo das 8 nações mais desenvolvidas econômica e industrialmente - e outros tipos de retaliações, que poderiam ser "individuais ou direcionadas a empresas e setores econômicos inteiros".

Por um lado, analistas concordam que o pacote de 2014 não atingiu seus principais objetivos, como o cumprimento dos Acordos de Minsk, aos quais estão vinculadas as medidas econômicas desde 2015. Por outro, reafirmam que o instrumento continua sendo o que tem mais potencial de eficácia, do ponto de vista do Ocidente, para evitar um conflito militar (Oliveira, 2022, s.p.).

Neste sentido, é importante explicitar o que as sanções econômicas representam de fato. Em uma abordagem direta, essas medidas são uma forma de exercer o controle político, econômico e militar, a fim de serem utilizadas como uma "ferramenta dentro de um determinado evento histórico" (Marreco, 2018, p. 132), podendo gerar perdas econômicas para o mercado de maneira generalizada. É justamente o que acontece no tocante às sanções impostas pelo Ocidente contra a Rússia. A intenção é punir, mas todos sofrem as consequências.

Não menos importante, outra questão a ser analisada com muito cuidado é com relação à propensão dos países a imporem medidas econômicas contra outros. Há um longo histórico de sanções aplicadas pelos Estados Unidos, por exemplo. Ao relacionar essa tendência com os atritos dos americanos com a antiga URSS, Medeiros (2008, p. 19) indica que é possível perceber que embargos e boicotes eram a principal forma do país exercer sua política externa no pós-guerra. Medidas que, inclusive, não eram sofridas apenas pela Rússia, mas por outros países considerados "inimigos" dos Estados Unidos.

Para exemplificar melhor essa tendência de comportamento da política externa norte-americana, é possível citar os casos do Irã e de Cuba, que estão entre os países que foram alvo de restrições nos últimos anos. De acordo com Pomeranz (2015), a aplicação das sanções contra a Rússia é diferente dos casos de Irã e Cuba, principalmente por conta de interesses geopolíticos que envolvem tanto os russos quanto outras nações. A autora explica ainda que todo o processo de aplicação de

sanções depende de muita burocracia do ponto de vista legal, mas que no fim das contas, as decisões tomadas são meramente políticas.

Neste contexto, fica evidente que a aplicação de restrições é uma demonstração de poder por parte dos Estados Unidos:

A implementação das decisões tomadas pelos diversos órgãos da ONU, embora legítima, depende da boa vontade e cooperação de seus Estados-membros. Isso explica por que a maioria das sanções econômicas internacionais não são tomadas pela ONU, mas por indivíduos ou grupos de países individuais, sendo os Estados Unidos o mais proeminente (Pomeranz, 2015, p. 185, tradução nossa).⁷

O que a história mostra, portanto, por meio de análises de profissionais das relações internacionais presentes em matérias jornalísticas, é que grande parte das restrições impostas contra o Kremlin fracassaram no sentido de não serem capazes de impedir as ações conflituosas por parte do país governado por Vladimir Putin. Por isso, como já foi colocado, é indispensável que se tenha uma visão ampla da posição ocupada pela Rússia atualmente, o contexto histórico envolvendo a Ucrânia e as estratégias políticas e econômicas adotadas após a dissolução da União Soviética, além de analisar outros exemplos históricos referentes à aplicação de sanções.

5. Os trunfos do Kremlin contra o Ocidente

Apesar das sanções servirem como instrumento político e econômico contra a Rússia, existem alguns motivos que parecem blindar o Kremlin das sucessivas tentativas do Ocidente. As medidas foram intensificadas no momento em que o país anexou a Crimeia - localizada dentro dos limites da Ucrânia - ao seu território. Daquele momento até a atualidade, passaram-se mais de oito anos e a economia russa ainda resiste, o que faz com que seja necessário discutir as possíveis vantagens de Moscou neste contexto.

Entre os trunfos da Rússia, além de sua extensão territorial, está o fato do país ser um dos principais exportadores de petróleo do mundo. Dados até 2011 mostram os

⁷ Do original: "The implementation of the decisions taken by the UN different organs, though legitimate, depends on the good will and cooperation of its member states. This explains why most of the international economic sanctions are not taken by the UN, but by individual or group of individual countries, being the United States the most prominent.16It also explains why a relative number of sanctions have not been successful in attaining the goals envisaged".

russos em sétimo lugar entre os países com maiores reservas provadas de petróleo do mundo, com 77,4 bilhões de barris (Fuser, 2013). Além disso, a Rússia é o maior fornecedor de gás para a Europa, o que causa uma grande dependência energética nesta região e também em termos globais.

Dados recentes da Bruegel, uma instituição dedicada à pesquisa sobre economia e política com sede em Bruxelas, na Bélgica, mostram que caso haja uma possível interrupção no fornecimento de gás para a Europa, os efeitos seriam bastante complicados de serem contornados (Horowitz, 2022). A Europa depende aproximadamente de 40% do gás natural vindo da Rússia, o que explica, em parte, as questões que envolvem a dificuldade na efetividade das sanções impostas contra o país. Vale ressaltar que, embora a Rússia esteja entre os principais *players* mundiais na produção e exportação de petróleo e gás, o país sentiu os efeitos do fim da União Soviética nesses setores, que foram reerguidos no governo de Vladimir Putin.

Outra vantagem da Rússia no que diz respeito ao domínio por meio do setor energético é a sua localização geográfica. Como explica Schutte (2010, p. 8), o país está "entre dois grandes mercados compradores de energia: a União Europeia e os asiáticos (China, Japão e Índia)". China e Índia, inclusive, somam uma população de mais de dois bilhões de pessoas.

Não por acaso, Putin utiliza esses setores para exercer força e poder, principalmente ao anexar a Crimeia ao território russo, em 2014. Aqui, fica clara mais uma vez a relação deste cenário com a teoria realista. No caso do mercado de petróleo e gás, houve uma reestruturação por parte do governo, que contava com o Estado no papel de protagonista. Para efeitos comparativos, a presença do Estado russo no setor energético passou de 10%, em 2000, para 47% em 2007 (Schutte, 2010, p. 32, apud Ehrsted; Vahtra, 2008, p. 26).

Paralelamente ao controle do mercado energético, está ainda a forte atuação e controle na região na qual a Rússia está inserida, o que acaba por dar ao país apoio político e econômico. Se no governo de Boris Yeltsin havia o desejo de aproximação com o Ocidente, Putin decidiu ir pelo caminho de estreitar as relações com alguns países asiáticos, como é o caso de Índia, China, Japão, Coreia do Sul, entre outros (Zhebit, 2003, p. 157). O país conta também com um dos maiores exércitos do mundo, além de possuir um grande número de armas nucleares. Como explica Costa (2015), desde a década de 1960, o país já mostrava sinais de que desejava fazer parte das superpotências mundiais, através da estruturação da indústria e do domínio de

tecnologias sofisticadas, como é o caso da nuclear. Todo esse investimento fez com que a Rússia tomasse "a posse de imenso arsenal de armas nucleares com seu indiscutível poder de dissuasão", marcando a bipolaridade observada na Guerra Fria.

Somado a isso, é importante considerar que a Rússia tem lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com direito a veto, o que dificulta o poder efetivo das sanções econômicas e políticas impostas pelo Ocidente. Vale ressaltar ainda que a construção de uma política externa e interna diferenciada após a desconstrução da União Soviética e o caos econômico dos anos 1990, com o objetivo de substituir os Estados Unidos como principal potência mundial, foi determinante para que a Rússia conseguisse contornar algumas medidas contra sua economia. Este é o caso da estratégia adotada pelo Kremlin ao reduzir de forma drástica o uso de dólares e, por consequência, a influência norte-americana sobre o país. Isso fez com que a Rússia acumulasse um montante considerável em reservas monetárias, reduzindo todos os seus gastos com a economia e serviços governamentais mesmo sob a imposição de medidas restritivas após a anexação da Crimeia.

Além de todos os fatores já citados, como a Rússia contar com uma economia diversificada, o país tem uma base de recursos naturais sólida, o que a torna menos dependente de exportações para sustentar seu crescimento econômico. Mais uma vez, é preciso considerar a forte presença da teoria do poder terrestre em todo esse cenário que abrange a geopolítica russa, porque apesar de dispor de recursos importantes para a sua sobrevivência e de outros, é a Ucrânia que fica nos limites do *Heartland*.

6. Considerações finais

Diante dos aspectos apresentados acerca da posição da Rússia no sistema internacional e da forma na qual o país é constituído política e economicamente, é possível compreender a dificuldade de sanções econômicas impostas pelo Ocidente surtirem efeito. As restrições, que começaram após a anexação da Crimeia ao território russo por meio de um polêmico referendo em 2014, não foram eficazes e a região segue sob responsabilidade da Rússia até a atualidade.

A política externa da Rússia é um tema complexo que envolve questões históricas, econômicas, políticas e militares, mas o aprofundamento por meio de autores do

Ocidente e da própria Rússia ajudaram neste sentido, bem como a utilização de matérias jornalísticas que demonstram a atualidade e relevância do tema.

Vale ressaltar que Rússia e Ucrânia têm uma relação marcada por muitas camadas de divergências e tensões, mas a anexação da Crimeia, em 2014, foi o estopim de uma crise antiga entre os dois países, com os ucranianos buscando independência e aproximação com o Ocidente, enquanto os russos tentam reafirmar sua posição de potência no cenário internacional. Por isso, a situação da Crimeia é um exemplo claro de como os russos utilizam esse poder.

A interferência do Ocidente, especialmente a expansão da OTAN, também pode ser vista como um agravante da crise, pois a Ucrânia tem se aproximado da aliança militar e isso tem complicado ainda mais a relação histórica entre os dois países. Deste modo, o controle da Crimeia é fundamental para a geopolítica da Rússia, visto que a região conta com uma base naval estratégica e está localizada nos limites do *Heartland*, que possui diversas riquezas naturais e territoriais. Por esse motivo, a teoria do poder terrestre, criada por Halford Mackinder, se encaixa neste contexto, já que a Rússia fica nessa região e faz uso dessa posição geográfica e extensão territorial avantajada para exercer influência sobre outros países próximos.

Ao longo deste trabalho também foi analisada a relação da geopolítica praticada pela Rússia e a teoria realista, que é caracterizada pela busca pelo poder contínuo e sobrevivência do Estado. A Rússia se vê e quer ser vista como uma potência mundial, e essa busca pelo poder é um dos principais motivadores de suas ações no cenário internacional. Este fator fica mais evidente pelo temor de Putin com o avanço da OTAN sobre os limites do território do país, onde está localizada também a fronteira com a Ucrânia.

As definições de fronteira, inclusive, foram de extrema importância para a melhor compreensão das ações da Rússia ao anexar a Crimeia, uma vez que os autores citados confirmam a relação entre território e Estado e no poder que uma região pode ter sobre outra. No caso da anexação do território ucraniano, o conceito de territorialidade deve ser considerado, pois abrange o viés político de cada situação em particular.

Outra questão que desempenhou um papel importante na crise entre Rússia e Ucrânia é a identidade. A Ucrânia é um país formado por diversos grupos étnicos, incluindo russos, o que tem levado a tensões internas em relação à identidade nacional. Na crise atual, a Rússia utiliza este argumento para justificar suas ações e

se colocar como o defensor dos direitos dos russos no território ucraniano. Por outro lado, a Ucrânia e os países ocidentais veem isso como uma intervenção ilegal e uma violação da soberania do país.

Mas há como impor sanções realmente efetivas contra as ações cometidas pela Rússia nos últimos anos? O que a história mostra até os dias atuais é que a União Europeia e os Estados Unidos tentaram deter o avanço russo sobre a Ucrânia através de restrições econômicas, mas existem dúvidas sobre quanto e como essas medidas conseguem, de fato, afetar a economia do país. Isso ocorre porque a economia da Rússia passou por diversas mudanças após o fim da Guerra Fria e, consequentemente, a desintegração da União Soviética.

A chegada de Vladimir Putin ao poder também pode ser vista como crucial para a estratégia da Rússia neste contexto, já que o presidente russo utiliza alguns fatores para exercer poder contra os outros países, como é o caso da decisão em anexar a Crimeia. Além disso, a Rússia dispõe de algumas vantagens, como a posição geográfica estratégica do país, que também é um dos principais exportadores de petróleo e gás do mundo e conta com uma extensão territorial considerável.

Por fim, é possível afirmar que as sanções econômicas podem ser eficazes em alguns casos, mas nem sempre são suficientes para alcançar os objetivos desejados. Isso pode ser devido a vários fatores, como a falta de cooperação internacional na implementação das restrições, a capacidade da Rússia de encontrar maneiras de contornar as sanções ou a falta de pressão suficiente para que o país mude sua conduta. As sanções econômicas podem ainda causar impactos negativos na população do país alvo, o que pode dificultar a obtenção de apoio interno para essas medidas.

No caso do cenário de crise entre Rússia e Ucrânia, fica evidente que a imposição de restrições não é capaz de diminuir ou parar completamente o avanço dos russos sobre outros territórios, o que vale para a própria Ucrânia, como foi observado durante a invasão ao país em fevereiro de 2022.

Referências bibliográficas

The Kremlin. Address by President of Russian Federation, 2022. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (org.). **Uma longa transição – Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_russia.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BARACUHY, Braz (org.). **Os fundamentos da geopolítica clássica**: Mahan, Mackinder, Spykman. Brasília, DF: FUNAG, 2021. Disponível em: <<https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1155>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CAMPOS, F. L. S.; LOBO, I. E.; AZEVEDO, B. M. de. **O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, [S. l.], v. 5, n. 2, 2018.

COSTA, Rogério Santos da. Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan): histórico, características, objetivos, funcionamento e influência na segurança coletiva. **Relações Internacionais em Revista**, Curitiba, n. 6, p. 129-151, 2006. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/235>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FUSER, I. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GALVÃO, Genildo Pereira. Rússia, em busca de seu espaço no novo contexto internacional. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Campus Norte, **Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB**, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://publicacoes.even3.com.br/tcc/russia-em-busca-de-seu-espaco-no-novo-contexto-internacional-12884>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

HOROWITZ, Julia. Entenda o que acontece se a Rússia cortar o fornecimento de gás à Europa. **CNN**, mar. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-que-acontece-se-a-russia-cortar-o-fornecimento-de-gas-a-europa/>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. The Unconventional Wisdom About Russia. **Tribune Media Services**, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.henryakissinger.com/articles/the-unconventional-wisdom-about-russia>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

KISSINGER, Henry. To settle the Ukraine crisis, start at the end. **The Washington Post**. Mar 5, 2014. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/henrykissinger-to-settle-the-ukraine->

crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KONRAD, Kaiser David Vargas; LOURENÇÃO, Humberto José. O conflito na Ucrânia entre 2014 e 2018 e seu impacto na segurança internacional. **Brazilian Journal of Development**, 5(8), 12906–12920, 2019. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2880>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

LOUREIRO, Felipe. A Guerra na Ucrânia: significados e perspectivas. **CEBRI-Revista**, n.1/jan-mar. 2022. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/27/a-guerra-na-ucrania-significados-e-perspectivas/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MARRECO, Juliana Visentin Ferreira. Sanções Econômicas Internacionais: Conceitos, Aplicabilidade e Extensão Global. Rio de Janeiro: **Revista Electronica de Direito**, 2018. Disponível em: <https://cije.up.pt/client/files/0000000001/artigo-juliana-marreco0_188.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do poder terrestre revisitada. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. 1994, n. 34, pp. 55-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000300005>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Contexto Internacional**, v.28, n.1, p. 223–258, 2006.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: UNB, 2003. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. 1. ed. [27ª Reimp.]. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Michele. Sanções à Rússia não funcionaram em 2014, mas analistas veem medida como única opção. **Folha de São Paulo**, fev. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/sancoes-a-russia-nao-funcionaram-em-2014-mas-analistas-veem-medida-como-unica-opcao.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PEREIRA, Roberta Dohani; ALENCAR, Dimas Melo. A criação da Otan e sua permanência do período pós-Guerra Fria. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 83-104, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068/5140>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

POMERANZ, Lenina. Economic sanctions as political instrument in international relations: the case of the Russian Federation. **Revista Tempo No Mundo**, v. 3, p. 181-216, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7378>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; PEREIRA, Ricardo de Amorim Araújo. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia em 2014, sob a ótica geopolítica russa. **R. Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 198-219. jan/abr. 2020. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/956/741>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Economia de petróleo e gás: a experiência russa. *In*: ALVES, A. (Ed.). **Uma longa transição**: vinte anos de transformações na Rússia. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/90985/1/626408229.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2003, v. 46, n. 1, pp. 153-181. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000100008>>. Acesso em: 22 ago. 2022.